
As Novas Bibliotecas de Leitura Pública Aptidões e Desafios

JOAQUIM PORTILHEIRO

Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro

As actuais bibliotecas traduzem um esforço de ruptura com a situação anterior — escasso número de bibliotecas públicas, com fundos documentais diminutos e envelhecidos e incapazes de se afirmarem junto das populações — e, nesse aspecto, são inovadoras.

A forma como são concebidas e desenvolvidas confere-lhes condições para se tornarem uma presença incontornável e uma resposta satisfatória às necessidades de informação e de lazer da generalidade das populações, dentro de uma concepção clássica da leitura pública, incorporando também alguma tecnologia recente.

Com efeito, a existência de fundos documentais diversificados e em número significativo, incluindo audiovisuais, a criação de condições para um acesso rápido e fácil do utilizador à informação (livre acesso, catálogos em linha...) e a organização dos espaços, diversificados consoante o uso, para além de outros aspectos tais como o cuidado posto no tratamento arquitectónico, a harmoniosa inserção urbana e a localização em zona de fácil acesso, são exigências fundamentais para um bom serviço de leitura pública que estão presentes no seu processo de planeamento.

Porém, passados oito anos durante os quais todo o entusiasmo foi posto na tarefa de construir uma Rede de Leitura Pública capaz de suprir a grave lacuna que se verificava, chegou o momento de fazer um balanço, não só para consolidar o que já foi feito mas, sobretudo, para assegurar um desenvolvimento futuro em bases sólidas.

Surgem então, inevitavelmente, duas perguntas.

Correspondem os resultados obtidos, isto é, o produto final, o apetrechamento e o desempenho das bibliotecas já em funcionamento às intenções programáticas?

E, em qualquer caso, será hoje suficiente para uma biblioteca de leitura pública se afirmar junto da comunidade a existência das condições genericamente enunciadas e a prestação dos serviços «tradicionais» que essas condições asseguram?

Começemos pela primeira questão.

Uma vez inauguradas as bibliotecas, a forma como elas virão a desempenhar as suas funções dependerá essencialmente da vontade e da acção do poder político local e dos bibliotecários responsáveis, já que ao IBL, entidade financiadora, compete apenas fomentar a criação das bibliotecas, não podendo nem desejando substituir-se às autarquias na sua gestão.

São, pois, decisivas a sensibilidade dos autarcas à filosofia do programa proposto — que mais não é do que a síntese dos princípios que devem orientar um serviço de leitura pública — e a sua capacidade para disponibilizar os meios financeiros necessários ao regular funcionamento de um equipamento deste tipo, sobretudo após a sua abertura ao público.

Tratando-se de um serviço que poderemos considerar novo entre nós, se atendermos às características que lhe são incutidas, não tem sido tarefa fácil transmitir aos responsáveis camarários a noção de que só com significativos recursos humanos, materiais e financeiros a biblioteca poderá prosseguir os seus objectivos após ter sido instalada e demonstrar que um estrangulamento desses recursos implicaria a não rentabilização do investimento feito, com os consequentes custos sociais e o quase certo ónus político.

A maneira como os municípios responderam ao desafio lançado com o Projecto da Rede foi, é certo, francamente positiva, excedendo mesmo as expectativas.

Com efeito, em qualquer dos processos de candidatura já efectuados foi elevado o número de candidaturas apresentadas, sendo notória uma crescente qualidade das mesmas, tanto em termos de adequação ao programa como no que diz respeito ao cuidado posto na sua elaboração. De resto, tem vindo a aumentar o número de pedidos de apoio técnico ao Instituto para elaboração de Projectos de Bibliotecas.

Seria no entanto ilusório pensar que essa atitude, só por si, traduz uma clara compreensão acerca dos meios que importa disponibilizar ou, pelo menos, uma manifesta vontade de o fazer.

Na verdade, nem sempre o empenhamento colocado na instalação da biblioteca se mantém o mesmo após a inauguração, ficando assim criadas condições para o seu definhamento, à míngua de recursos.

Um dos aspectos em que esta atitude se tem mostrado mais visível — e um aspecto fulcral para que a biblioteca possa prosseguir os seus objectivos — é o das aquisições.

Um fundo documental inicial quantitativamente significativo — em função da população a servir — e com qualidade, diversidade e pluralismo é condição indispensável para que a biblioteca entre em funcionamento de forma condigna, e o Instituto — que financia a sua constituição em 50 por cento — não abdica desse ponto. Mas igualmente importante é mantê-lo actualizado, e isso — que deveria ser visto como uma rotina necessária — é muitas vezes descuidado.

Haverá pois que redobrar esforços no sentido de sensibilizar os autarcas para esta questão — aqui referida por ser a mais gritante — mas também, de uma forma geral, para todo um conjunto de exigências que se põem se se quiser a biblioteca viva e actuante.

No início do processo de criação da Rede tiveram lugar reuniões com autarcas em diversos pontos do país, com a finalidade de lhes transmitir as linhas orientadoras do Projecto e a filosofia subjacente, com os resultados positivos já referidos. Julga-se, no entanto, que acções desse ou de outro tipo deveriam agora ser retomadas e aprofundadas, aproveitando a experiência acumulada e tomando como exemplo os resultados já visíveis.

No que diz respeito especificamente aos fundos documentais, seria talvez interessante ponderar a hipótese de o IBL — no âmbito da política de apoio à edição que vem desenvolvendo — passar a adquirir para as bibliotecas da Rede um certo número de exemplares de uma percentagem significativa dos títulos editados, na altura do seu lançamento no mercado, o que teria dois efeitos.

Por um lado, ajudaria as Câmaras Municipais a suportar os encargos financeiros com a actualização dos seus fundos — o que serviria de incentivo para que estas tomassem uma atitude mais atenta face às necessidades da biblioteca — sem prejuízo de, em função das necessidades específicas da comunidade local, competir ao bibliotecário responsável por cada uma das bibliotecas proceder à aquisição dos documentos que cada situação concreta justificasse, designadamente para o Fundo Local.

Por outro lado, este esforço suplectivo do Instituto conferir-lhe-ia legitimidade acrescentada para responsabilizar as autarquias pela eficaz gestão das bibliotecas após a sua entrada em funcionamento.

O outro agente cuja acção é decisiva para o bom funcionamento das bibliotecas é, obviamente, o Bibliotecário. Se aos autarcas compete disponibilizar os recursos, aos bibliotecários cabe (deverá caber!) a tarefa de os gerir com competência, capacidade de decisão e ambição.

Mas se o responsável por uma biblioteca, tal como a concebemos, deve ser, antes do mais, um gestor, há que reconhecer que algo deverá ser feito urgentemente no sentido de mudar o estatuto da profissão.

Em Portugal, o Bibliotecário ainda não é encarado socialmente — e recompensado financeiramente — de acordo com o que as exigências e a especificidade das suas funções justificam. Essa atitude repercute-se na maneira como ele é encarado pelas administrações — neste caso autárquicas — e tem inevitáveis reflexos na sua margem de manobra para planear e decidir.

Se é certo que, nesta matéria, não será uma sensibilização abstracta dos autarcas que inverterá por si só a tendência dominante, devendo ser os bibliotecários, eles próprios, a impor o seu saber específico, não é menos verdade que há factores extrínsecos sobre os quais é possível actuar no sentido de valorizar a sua intervenção.

Desde logo, o próprio Curso de Especialização em Ciências Documentais deverá dedicar à faceta de gestor do bibliotecário o espaço que os actuais contornos da profissão justificam, sem esquecer a situação concreta de um bibliotecário de leitura pública inserido numa administração autárquica, tendo em conta a nossa realidade e o nosso actual mercado de trabalho.

Depois, é também necessária e plenamente justificada a criação de mecanismos que tornem obrigatória a participação activa dos bibliotecários em todos os processos de planeamento das bibliotecas, à semelhança do que se passa nos outros países.

No que diz respeito concretamente à Rede de Leitura Pública, nada justifica que nas actuais circunstâncias, com mais de meia centena de bibliotecários a exercerem funções em bibliotecas municipais, as Câmaras não contratem os serviços de um Bibliotecário para participar no processo desde o início, isto é, desde o momento em que se definem os requisitos da biblioteca cujo projecto se irá encomendar ao Arquitecto: dimensões, espaço, funções... Tal necessidade deverá ser sentida com a mesma evidência com que se aceita que um Projecto de um edifício tem que ter a responsabilidade de um Arquitecto.

Em síntese, as novas bibliotecas exigem uma nova mentalidade e uma nova atitude — da parte dos autarcas e dos bibliotecários — a fim de não se quedarem por meras obras de fachada mas, pelo contrário, se afirmarem junto das populações como peça indispensável do tecido comunitário.

Chegamos assim à segunda das duas questões inicialmente colocadas: que bibliotecas queremos, isto é, que necessidades pretendemos satisfazer, que serviços devemos implantar com esse objectivo, que estratégias deve-

mos delinear para que esses serviços sejam não apenas conhecidos mas, sobretudo, sentidos como indispensáveis.

Acontece que fazer da Biblioteca um serviço de primeira necessidade não se consegue apenas com publicidade, por mais bem feita que ela seja, ou levando a efeito algumas «actividades de animação» para descanso dos espíritos mais insatisfeitos com a rotina diária.

É necessário, antes de tudo, conhecer profundamente as necessidades dos utilizadores, actuais e potenciais.

Por outro lado, não basta ter como alvo o utilizador individual, a que poderemos acrescentar a escola como «cliente» habitual da biblioteca: a esta compete também preocupar-se em ser útil ao comércio, à indústria, aos diferentes serviços da região, dar satisfação às preocupações culturais de minorias étnicas ou outras com presença local significativa, numa palavra, diversificar os seus alvos de forma a não deixar de fora nenhum sector da comunidade.

Para isso, a estratégia de actuação deverá ter sempre em vista a aproximação aos interesses dos utilizadores e a preocupação de tornar fácil o uso dos serviços, maximizando ao mesmo tempo os recursos existentes e explorando todas as possibilidades que as novas tecnologias oferecem em termos de constituição de bases de dados locais, acesso a bases de dados remotas, etc. Só assim os utilizadores poderão sentir que a biblioteca se preocupa com as suas necessidades.

É claro que tudo isto representa custos. É por isso que se torna necessária uma permanente avaliação do desempenho dos serviços, não só porque isso é indispensável para nos certificarmos da bondade da estratégia traçada — e para, eventualmente, a corrigir — mas também porque só através da análise do binómio custos/benefícios é possível justificar perante as administrações os investimentos já feitos e os que de futuro se virão a tornar necessários para manter e melhorar o serviço prestado.

Os bibliotecários sabem que as bibliotecas são — ou poderão ser — factores de desenvolvimento, porque informar é criar condições para uma melhor participação do indivíduo na sociedade e pelo efeito catalizador que a sua acção pode ter na economia regional. Mas é preciso prová-lo, na prática.